

**Bruxelas, 11 de dezembro de 2025
(OR. en)**

16777/25

**ENER 679
CLIMA 601
CONSOM 306
TRANS 646
AGRI 712
IND 617
ENV 1387
COMPET 1345
FORETS 143
RELEX 1684
ECOFIN 1736**

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	11 de dezembro de 2025
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2025) 1005 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES «Pacote Redes Europeias»

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2025) 1005 final.

Anexo: COM(2025) 1005 final



COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 10.12.2025
COM(2025) 1005 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ
DAS REGIÕES**

«Pacote Redes Europeias»

1. Introdução

Nos últimos anos, na sequência de mudanças geopolíticas e flutuações comerciais sem precedentes a nível mundial, **a União Europeia encontrou-se numa encruzilhada crítica**. A continuação da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia sublinhou **a importância primordial da segurança energética e da competitividade na definição do nosso destino coletivo**. É essencial garantir que as nossas empresas e os nossos cidadãos, independentemente do Estado-Membro em que se encontrem, tenham acesso a energia abundante, limpa e a preços acessíveis produzida na Europa.

No entanto, tal só poderá concretizar-se com **o reforço das nossas infraestruturas energéticas, que constituem a espinha dorsal não só do nosso sistema energético, mas também da própria Europa**. As redes são fundamentais para este esforço. Ao permitirem um fluxo eficiente de energia nos Estados-Membros, integrarem energias limpas mais baratas e acelerarem a eletrificação, contribuem para **a redução dos preços da energia e condições de vida comportáveis para todos os europeus**, conforme salienta o Plano de Ação para Energia a Preços Acessíveis da Comissão¹. Ao mesmo tempo, asseguram um abastecimento seguro e fiável e permitem que os países se apoiem mutuamente em tempos difíceis, em consonância com os **objetivos do plano REPowerEU e permitindo a eliminação progressiva das importações de energia russa**².

Apesar dos progressos alcançados no âmbito do atual quadro jurídico da UE, ainda temos muito pouca energia de produção autóctone e não atingimos um nível de interconectividade entre os Estados-Membros que permita uma verdadeira União da Energia, uma vez que vários Estados-Membros não estão no bom caminho para cumprir a meta de uma interligação de 15 % até 2030. **Os custos da inação são alarmantes**: em 2022, os combustíveis fósseis representaram a maior parte do consumo de energia bruta disponível na UE (70 %), sendo importados 98 % do petróleo e do gás utilizados nos Estados-Membros³. Esta situação expõe a UE à volatilidade dos preços e aos riscos geopolíticos. Em 2024, a Europa gastou cerca de 375 mil milhões de EUR em importações de combustíveis fósseis⁴. Em contraste com essa situação, o investimento nas energias renováveis e nas redes mantém-se comparativamente baixo: a Europa gastou 117 mil milhões de USD em 2025, tendo a China despendido 327 mil milhões de USD⁵.

A integração insuficiente e o subinvestimento nas nossas infraestruturas energéticas têm um **impacto direto nas faturas energéticas dos cidadãos europeus** e no desenvolvimento de setores estratégicos em toda a UE, como as indústrias neutras em carbono ou o setor digital. Os relatórios Draghi e Letta salientam que os nossos **preços da eletricidade continuam a ser duas a três vezes superiores** aos praticados nos EUA; no segundo trimestre de 2024, os

¹ [EUR-Lex - 52025DC0079 - PT - EUR-Lex](#)

² [REPowerEU](#)

³ [Agência Europeia do Ambiente \(AEA\), *Renewables, electrification and flexibility - For a competitive EU energy system transformation by 2030* \(não traduzido para português\), Publicações, pp. 6 e 16.](#)

⁴ [Eurostat, *Imports of energy products to the EU down in 2024* \(não traduzido para português\), Notícias.](#)

⁵ [China's energy dominance in three charts \(não traduzido para português\), MIT Technology Review.](#)

preços retalhistas da eletricidade para a indústria na UE foram 2,2 superiores aos praticados nos EUA, duas vezes superiores aos praticados na China e 1,2 vezes superiores aos praticados no Japão (historicamente mais baixos)⁶. No primeiro semestre de 2025, o preço médio da eletricidade para os consumidores da UE variou entre 0,3835 EUR por kWh na Alemanha e 0,1040 EUR por kWh na Hungria, enquanto os preços da eletricidade para os consumidores não domésticos variaram entre 0,2726 EUR por kWh na Irlanda e 0,0804 EUR por kWh na Finlândia⁷. Uma das razões principais para esta disparidade reside no nível insuficiente de investimento e de integração das nossas infraestruturas. **Se não agirmos**, 45 % das necessidades de capacidade elétrica transfronteiriça (o equivalente a 41 GW)⁸ continuarão por satisfazer até 2030 e a energia renovável não utilizada poderá atingir os 310 TWh até 2040⁹, ou seja, quase metade do consumo de eletricidade em 2023.

Em contrapartida, **se agirmos, os benefícios são claros**: uma maior integração do mercado poderá permitir economizar custos anuais de 40 mil milhões de EUR, enquanto um aumento do comércio transfronteiriço de eletricidade em 50 % poderá resultar num crescimento anual do PIB da UE de cerca de 18 mil milhões de EUR até 2030 (ou seja, 0,1 %¹⁰). Até 2030, existe um défice de 88 GW na capacidade de transporte transfronteiriço de eletricidade. Um investimento de cinco mil milhões de EUR reduzirá os custos do sistema em oito mil milhões de EUR, gerando um **ganho económico líquido de três mil milhões de EUR** e evidenciando até que ponto o desenvolvimento da rede pode proporcionar um verdadeiro valor acrescentado e economias de custos aos europeus¹¹.

Por conseguinte, é imperativo que, coletivamente, ajamos de forma decidida no sentido de resolver os problemas estruturais do planeamento e execução das infraestruturas energéticas da UE, a fim de termos êxito na realização de uma verdadeira União da Energia que permita a independência energética, reforce a nossa competitividade, impulse a descarbonização e promova a nossa segurança energética. O pacote **Redes Europeias** apresentado pela Comissão almeja alcançar exatamente esse objetivo. Em complemento destas medidas, a **Iniciativa Autoestradas da Energia**, lançada em 2025 pela presidente Ursula von der Leyen no seu discurso sobre o estado da União, pretende acelerar o andamento dos projetos de infraestruturas energéticas críticas, que são urgentemente necessárias, através de uma **ação imediata**, assegurando assim que possamos aproveitar todo o potencial do nosso sistema energético para abastecer uma Europa mais resiliente, competitiva e sustentável.

⁶ Comissão Europeia, Plano de Ação para Energia a Preços Acessíveis [COM(2025) 79], p. 1.

⁷ Eurostat, *Electricity price statistics* (não traduzido para português), *Statistics Explained*.

⁸ TYNDP 2024, — *Opportunities for a more efficient European power system by 2050* (não traduzido para português), Relatório sobre as lacunas das infraestruturas do gás.

⁹ Eurostat, *Electricity and heat statistics* (não traduzido para português), *Statistics Explained*.

¹⁰ IMF Staff Background Note on EU Energy Market Integration (não traduzido para português), 17 de janeiro de 2025, <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-5438-2025-INIT/en/pdf>, p. 5.

¹¹ TYNDP 2024, — *Opportunities for a more efficient European power system by 2050* (não traduzido para português), Relatório sobre as lacunas das infraestruturas do gás.

2. Eliminar os estrangulamentos estruturais através do pacote Redes Europeias

A. Construir um futuro energético unificado: reforçar o planeamento das infraestruturas transfronteiriças à escala da UE e maximizar a utilização das infraestruturas existentes

O atual quadro de planeamento da rede ao abrigo do Regulamento RTE-E fez avançar significativamente a coordenação e o desenvolvimento de projetos transfronteiriços de infraestruturas energéticas. Desde 2014, 124 projetos de interesse comum (PIC) e projetos de interesse mútuo (PIM) foram apoiados com 8,4 mil milhões de EUR do MIE, desbloqueando pelo menos 15,8 mil milhões de EUR em investimentos privados¹². Contudo, **para garantir uma rede totalmente otimizada e interligada, é imperativo tomar mais medidas** para assegurar uma coordenação sem perturbações entre os níveis de governação nacional, regional e da UE e entre setores.

Para progredir neste sentido, com base nas estruturas existentes, na experiência adquirida até aqui e no reforço da cooperação regional, é necessário avançar para **um quadro de planeamento das infraestruturas energéticas transfronteiriças da UE** que possibilite uma identificação mais coordenada e sólida das necessidades, assegurando assim o alinhamento dos projetos com os objetivos europeus, atuais e futuros. O pacote Redes Europeias apoia igualmente uma rede transeuropeia de energia mais bem ligada, reforçando a autonomia estratégica, a segurança e a resiliência da Europa e, em simultâneo, **promovendo uma cooperação reforçada com os parceiros vizinhos** do Espaço Económico Europeu (EEE), da Comunidade da Energia, da Parceria Oriental e da Vizinhança Meridional.

Na sequência do pacote proposto, no prazo de dois anos a contar da sua adoção, a **Comissão elaborará um cenário central geral da UE**, coerente com as metas da UE em matéria de energia e clima e concretizador de um sistema eficiente em termos de custos, competitivo e seguro ao nível da UE. O cenário central assentará nos contributos dos Estados-Membros e de todas as partes interessadas pertinentes, tendo em conta as **sinergias entre setores**. Com base nesses elementos, a **REORT e a REORH identificarão, seguidamente, as necessidades em termos de infraestruturas**.

Além disso, **é necessária uma intervenção europeia reforçada sempre que se identifique uma necessidade de capacidade transfronteiriça**, mas não sejam apresentadas propostas de projetos pertinentes para a satisfazer. A Comissão deve poder dar início a um **processo de «preenchimento de lacunas»**, baseado numa forte cooperação regional, convidando os operadores de rede e, eventualmente, os promotores de projetos, a apresentarem projetos para dar resposta a necessidades não satisfeitas.

Para alcançar um sistema integrado, é essencial uma maior coordenação entre os planeamentos nacional e europeu, visto que os elementos de rede internos influenciam significativamente o desenvolvimento das infraestruturas transfronteiriças, o que, por sua vez, afeta o comércio transfronteiriço. Assim, o **planeamento das redes de distribuição** tem de

¹² [CINEA Project Portfolio, Welcome, Sheet, Olik Sense](#).

ser bem coordenado com o planeamento das redes de transporte e envolver estreitamente o público e a indústria, de modo a que as futuras redes estejam preparadas para responder ao aumento da produção e da procura de eletricidade. Em cooperação com todas as partes interessadas, a Comissão continuará a dar seguimento a este trabalho no âmbito **do Plano de Ação para as Redes de 2023**¹³.

Entretanto, para realizar uma transição energética a preços acessíveis e sustentável e garantir a segurança energética, é fundamental **maximizar a utilização das infraestruturas existentes antes de investir em novas capacidades**. Em consonância com o princípio da prioridade à eficiência energética, **é necessário continuar a incentivar uma maior adoção de redes elétricas inteligentes, de tecnologias inovadoras e digitais e de medidas de eficiência da rede, tanto ao nível da rede como dos utilizadores**, e, ao mesmo tempo, assegurar uma capacidade de rede suficiente para satisfazer a procura adicional em tempo útil. A título de exemplo, a utilização de tecnologias de reforço da rede pode aumentar a capacidade global da rede na Europa entre 20 % e 40 % até 2040 e reduzir os custos em 35 % comparativamente à tradicional expansão da rede até 2040¹⁴. O pacote Redes Europeias propõe **sedimentar firmemente estes princípios no planeamento da rede e promover projetos conexos**, a par da extensão das infraestruturas físicas. A recém-lançada plataforma Technopedia apresenta boas práticas em matéria de tecnologias inovadoras e de reforço da rede¹⁵. No próximo ano, a Comissão apresentará também um Roteiro Estratégico para a Digitalização e a IA no setor da energia, ajudando a expandir as soluções inteligentes nas redes europeias. As ferramentas digitais podem ajudar a enfrentar o aumento da volatilidade, nomeadamente devido à integração das energias renováveis. Além disso, as grandes infraestruturas de dados e de computação em nuvem podem contribuir para reforçar a estabilidade da rede, pelo que serão tidas em conta durante o processo de planeamento.

Adicionalmente, uma vez que o acesso às redes começa a ser um desafio em alguns Estados-Membros, as soluções criativas podem ajudar a libertar capacidade e a gerir as filas de espera de forma eficiente. As **Orientações sobre ligações à rede eficientes** adotadas apresentam recomendações e partilham boas práticas aplicáveis pelos Estados-Membros e pelas autoridades reguladoras nacionais para dar uma resposta imediata a estes desafios e maximizar a eficiência na utilização das redes existentes. Tais recomendações e práticas incluem a aplicação do princípio do cumprimento prévio de critérios para obter a ligação, a definição de critérios de maturidade transparentes para todos os pedidos de ligação, o estabelecimento de marcos claros para o desenvolvimento dos projetos, com sanções associadas ao incumprimento, e a realização de um controlo e limpeza regulares das filas de espera para a ligação.

¹³ [Redes, o elo que falta: Um plano de ação da UE para as redes](#), COM(2023) 757 final.

¹⁴ ACER, *Electricity infrastructure development to support a competitive and sustainable energy system* (não traduzido para português), Relatório de acompanhamento de 2024, [ACER_2024_Monitoring_Electricity_Infrastructure.pdf](#).

¹⁵ [TSO DSO Technopedia, Página principal](#).

Por conseguinte, o pacote Redes Europeias desempenha um papel fundamental para garantir que o nosso mercado da eletricidade continue a ser sólido e eficaz. Reforça a utilização eficiente das infraestruturas existentes, contribuindo assim para disponibilizar 70 % da capacidade de transporte ao comércio interzonal de eletricidade¹⁶. Além disso, apoia o nosso compromisso de cumprir a meta de 15 % de interligação elétrica até 2030, preparando simultaneamente os trabalhos de revisão do Regulamento Governação da UE, a fim de alinhá-lo com a nossa ambição em matéria de clima e de energia para a próxima década.

B. Por os planos em prática: acelerar a execução dos projetos de infraestruturas energéticas no terreno

A identificação das necessidades e projetos de infraestruturas representa apenas metade do caminho. Mesmo quando os projetos estão definidos, a construção depara frequentemente com a morosidade dos procedimentos de licenciamento, a falta de aceitação pública, obstáculos financeiros ou dificuldades na partilha de custos entre os Estados-Membros. Todos estes entraves devem ser superados, reforçando simultaneamente a segurança e a resiliência das nossas infraestruturas contra perturbações deliberadas e acidentais.

Em primeiro lugar, a lentidão do **licenciamento** continua a ser um dos **obstáculos mais importantes à implantação atempada de infraestruturas e produção de energia na UE**. Segundo a ACER, em 2023, 26 % dos PIC no domínio da eletricidade sofreram um atraso médio de 12 meses, tendo o licenciamento, por si só, ocupado mais de metade do calendário de execução das infraestruturas elétricas¹⁷. De igual modo, **os prazos de licenciamento variam consideravelmente entre os Estados-Membros**, sendo que o licenciamento das redes de transporte demora cinco anos em média¹⁸, o dos PIC 4,3 anos em média¹⁹, o dos projetos de energias renováveis até nove anos²⁰, o das instalações de armazenamento um a sete anos²¹ e o das estações de carregamento até dois anos.²²

Em 2022 e 2023, a UE tomou medidas importantes para acelerar o licenciamento de projetos de energias renováveis e de infraestruturas, nomeadamente através do Regulamento de Emergência (aplicável até junho de 2025) e da revisão da Diretiva Energias Renováveis (DER). No entanto, continuam a verificar-se atrasos, em especial na integração das estações de armazenamento e carregamento autónomas. Além disso, embora a avaliação ambiental seja necessária para assegurar a proteção da biodiversidade e a aceitação social dos projetos,

¹⁶ Conforme prevê o artigo 15.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2019/943 relativo ao mercado interno da eletricidade, essa capacidade mínima deve ser atingida até 31 de dezembro de 2025.

¹⁷ [2023 ACER PCI Report.pdf](#).

¹⁸ ACER, *Electricity infrastructure development to support a competitive and sustainable energy system* (não traduzido para português), Relatório de acompanhamento de 2024, p. 18.

¹⁹ <https://www.acer.europa.eu/media/charts/PCIs-and-PMIs-monitoring-2025>.

²⁰ Relatório final disponível em: [Technical support for RES policy development and implementation – simplification of permission and administrative procedures for RES installations \(RES Simplify\)](#) (não traduzido para português), Serviço das Publicações da União Europeia.

²¹ Instituto Fraunhofer de Investigação sobre Sistemas e Inovação (ISI), *et al.*, [Estudo sobre o armazenamento de energia](#), 2023.

²² Informações recolhidas por organizações de carregamento de veículos elétricos, nomeadamente a ChargeUp Europe, a Ionity e a Milence.

as suas atuais modalidades não refletem de forma efetiva a especificidade dos projetos com um impacto ambiental mínimo, podendo causar atrasos desnecessários.

Neste contexto, o pacote Redes Europeias, em coordenação com o quadro regulamentar da UE em matéria de proteção ambiental, estabelece **um quadro ao nível da UE para simplificar e acelerar os procedimentos de licenciamento** da totalidade das infraestruturas de rede, projetos de energia renovável, projetos de armazenamento e estações de carregamento, e reforça ainda mais as disposições relativas aos PIC/PIM. A descarbonização é a primeira medida que pode contribuir para preservar a natureza e reduzir a poluição atmosférica. Estes procedimentos de licenciamento racionalizados visam os casos em que, com base na vasta experiência adquirida com a aplicação do atual quadro jurídico, os impactos ambientais são limitados. As alterações propostas ajudam a alcançar o **equilíbrio entre a proteção da biodiversidade e a rápida implantação de um sistema de energia limpa**. Tal persegue o objetivo de limitar o processo de licenciamento, consoante o tipo de projeto, a um período de dois anos na maioria dos casos, e a um máximo de três anos nos projetos mais complexos.

A **participação pública** no planeamento e na exploração dos projetos é igualmente essencial para reforçar a confiança e alcançar as metas da UE, minimizando assim as impugnações judiciais morosas.²³ O pacote Redes Europeia exige que **os projetos de energia renovável superiores a 10 MW redistribuam os benefícios pela população local, para além das comunidades de energia**. Permite também que os facilitadores independentes apoiem o diálogo e a mediação numa fase inicial, reduzindo ainda mais o risco de impugnações judiciais e promovendo o desenvolvimento cooperativo. Para dar resposta às preocupações em matéria de aceitação pública, a Comissão disponibilizará ainda, **no primeiro trimestre de 2026, um conjunto de instrumentos práticos para a inclusão do público**, que facilitará a partilha de boas práticas e o reforço de capacidades para o envolvimento dos cidadãos e das autoridades locais e a promoção da partilha dos benefícios dos projetos de energia renovável²⁴.

Um segundo desafio advém do aumento da procura de infraestruturas energéticas, que está a exercer uma pressão significativa sobre as **cadeias de abastecimento, a disponibilidade de mão de obra e as competências**, enquanto os estrangulamentos no fabrico restringem cada vez mais a expansão e a modernização do nosso sistema elétrico. Embora a Europa albergue vários dos principais fabricantes de tecnologias de rede, a atual capacidade de produção em

²³ Podem consultar-se exemplos de boas práticas pertinentes no Documento de trabalho dos serviços da Comissão SWD (2024) 124 final, intitulado «Orientações aos Estados-Membros sobre boas práticas para a aceleração dos procedimentos de concessão de licenças para projetos no domínio da energia renovável e infraestruturas conexas».

²⁴ Como o Pacto de Autarcas, o Pacto de Compromisso e a iniciativa «Fast & Fair Renewables and Grids» (Renováveis e Redes Rápidas e Justas).

alguns segmentos é insuficiente para satisfazer a procura²⁵, pelo que **existe a necessidade de o setor se expandir para acompanhar o ritmo da mesma.**

Tal como salientado nas orientações sobre ligações à rede eficientes, **a visibilidade da procura é essencial para orientar as decisões de investimento do setor.** Nesse sentido, a Comissão trabalhará em conjunto com a entidade ORDUE para **criar, até ao Fórum das Infraestruturas Energéticas de 2026, uma plataforma para o planeamento da rede de distribuição da UE**, a qual conferirá visibilidade, ao nível da distribuição, aos planos futuros e às necessidades de fabrico conexas nos Estados-Membros. A Comissão está a promover ativamente uma série de medidas destinadas a aliviar as pressões sobre a cadeia de abastecimento, nomeadamente com a intensificação do seu trabalho, que tiveram início no âmbito da ação n.º 13 do Plano de Ação para as Redes, de racionalização e harmonização das **especificações tecnológicas e requisitos técnicos comuns** e de melhoria da interoperabilidade dos sistemas CCAT. Anunciada para o próximo ano, a **modernização do quadro europeu em matéria de contratos públicos** será igualmente crucial para continuar a promover o objetivo de apoiar a nossa base industrial, nomeadamente as tecnologias de rede *Made in Europe*.

Em terceiro lugar, é necessário **mobilizar investimento privado** para assegurar uma **implantação da rede a preços acessíveis**. Sendo as infraestruturas de rede financiadas, em grande medida, através das tarifas, será um desafio satisfazer as avultadas necessidades de investimento (1,2 biliões de EUR até 2040 no caso das redes elétricas, incluindo 730 mil milhões de EUR só para as redes de distribuição e 240 mil milhões de EUR para as redes de hidrogénio²⁶). Persistir no quadro atual poderá redundar numa subida dos preços para os consumidores, o que torna necessária a ação da UE neste domínio.

Deste modo, temos de assegurar encargos de acesso à rede preparados para o futuro²⁷ **explorando formas adicionais de financiamento das infraestruturas** quando necessário, nomeadamente exigindo a utilização de parte das **taxas associadas ao congestionamento nos investimentos em interligações constantes da lista de PIC/PIM**. Além disso, dada a crescente integração das infraestruturas energéticas transfronteiriças, **são mais os projetos que geram benefícios para além dos territórios onde são construídos**. Assim, é fundamental assegurar uma partilha de custos equitativa e transparente, a fim de evitar encargos desproporcionados para os consumidores locais. Nesse sentido, o pacote Redes Europeias pretende proporcionar maior transparência, segurança e equidade na avaliação e partilha dos custos e benefícios, bem como **permitir a agregação de PIC ou PIM** para facilitar os debates sobre a partilha de custos. A agregação pode também facilitar o financiamento, por exemplo, através da criação de entidades de finalidade especial, atraindo assim mais investimento.

²⁵ Por exemplo, em 2025, os preços e os prazos de entrega dos novos transformadores e cabos quase duplicaram em relação ao biénio 2021–2022 [Fonte: [AIE, Building the future transmission grid – Strategies to navigate supply chain challenges](#) (não traduzido para português), fevereiro de 2025].

²⁶ Artelys, LBST, Trinomics, Finesso, A., *et al.*, [Investment needs of European energy infrastructure to enable a decarbonised economy](#) (não traduzido para português), 2025.

²⁷ https://energy.ec.europa.eu/publications/communication-future-proof-network-charges-reduced-energy-system-costs_en

A Europa está a aumentar o apoio financeiro às infraestruturas energéticas. A recém-adotada legislação sobre a revisão intercalar da política de coesão permite que as autoridades nacionais e regionais reafetem o financiamento de 2021-2027 a prioridades-chave, como a transição energética²⁸. Além disso, a proposta da Comissão para o próximo **quadro financeiro plurianual**²⁹ inclui um **Mecanismo Interligar a Europa** significativamente reforçado. Contudo, o financiamento da UE, por si só, não consegue satisfazer as nossas enormes necessidades de investimento. O orçamento da UE deve ter um papel mais importante na redução dos riscos do investimento privado e no desbloqueamento do financiamento por parte dos investidores institucionais. A futura **Estratégia de Investimento em Energias Limpas** irá propor medidas concretas para atrair e assegurar um maior apoio do **investimento do setor privado**, nomeadamente com o apoio do BEI, um parceiro fundamental para acelerar a implantação da rede.

No caso do **hidrogénio**, o desenvolvimento dos projetos continua a ser lento devido à limitada capacidade de financiamento bancário e aos elevados riscos existentes em toda a cadeia de valor. Para superar estes condicionalismos, a **Comissão avaliará e, se for caso disso, apoiará a aplicação das soluções possíveis**, como os contratos para diferenciais ou a coordenação transfronteiriça dos instrumentos regulamentares, nomeadamente no âmbito dos **grupos regionais de alto nível**, para assegurar um **progresso coordenado e ajudar a suprir os défices de financiamento**.

Em quarto lugar, no presente contexto geopolítico e à luz dos crescentes riscos relacionados com o clima, é fundamental **reforçar a segurança e a resiliência das nossas infraestruturas energéticas**. Os recentes incidentes ocorridos no mar Báltico, que incluíram danos nas interligações «Balticconnector» e «Estlink 2», evidenciam as vulnerabilidades dos ativos energéticos transfronteiriços, ao passo que os eventos climáticos e as perturbações acidentais continuam a representar riscos significativos para a segurança do nosso abastecimento.

A fim de salvaguardar a independência energética da UE, o pacote Redes Europeias integra as considerações em matéria de segurança física e cibersegurança logo na fase inicial do planeamento de projetos transfronteiriços, promovendo assim a resiliência e a segurança desde a conceção das novas infraestruturas, reforça a transparência no que toca à propriedade,

²⁸ O apoio poderá ser canalizado para o desenvolvimento das interligações energéticas transfronteiriças, a expansão de fontes de energia renovável, como as energias solar e eólica, a implantação de infraestruturas de carregamento e a modernização das redes de distribuição de energia para gerir de forma eficiente as oscilações da oferta.

²⁹A UE presta atualmente um apoio substancial através, entre outros, do Mecanismo Interligar a Europa, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo de Coesão ou dos planos de recuperação e resiliência. De acordo com a proposta da Comissão para o próximo quadro financeiro plurianual, o orçamento do **Mecanismo Interligar a Europa – Energia** (MIE-E) aumentaria significativamente, passando de 5,84 mil milhões de EUR no período de 2021–2027 para 29,91 mil milhões de EUR para o período de 2028–2034. O **Fundo Europeu de Competitividade** disponibilizará um fluxo de financiamento consolidado (234,3 mil milhões de EUR) com financiamento específico (26,2 mil milhões de EUR) para a expansão e implantação de tecnologias de descarbonização e de transição para energias limpas, incluindo infraestruturas. Os **planos de parceria nacional e regional** (865 mil milhões de EUR) reunirão investimentos e reformas no domínio das energias limpas e apoiarão a execução dos planos nacionais em matéria de energia e clima.

a fim de evitar a dependência de entidades estrangeiras de alto risco, e assegura a elegibilidade das ações de reforço da segurança física e da cibersegurança das infraestruturas existentes para o financiamento do MIE, evitando, ao mesmo tempo, sobreposições com outros apoios financeiros da UE. Além disso, com base no Plano de Ação para a Segurança dos Cabos, a Comissão prosseguirá o seu trabalho através dos polos regionais de cabos e reforçará a aplicação do conjunto de instrumentos para a segurança dos cabos³⁰.

3. Oito prioridades para a espinha dorsal energética da Europa: a Iniciativa Autoestradas da Energia

No seu discurso sobre o estado da União de 10 de setembro de 2025, a presidente Ursula von der Leyen anunciou oito «**Autoestradas da Energia**». Com base nos PIC e PIM inseridos no quadro das RTE-E, bem como nos projetos emblemáticos referidos no Plano de Ação para Energia a Preços Acessíveis, a iniciativa Autoestradas da Energia responde às **necessidades mais prementes no domínio das infraestruturas energéticas, que exigem um apoio adicional a curto prazo e um empenho na execução para eliminar os estrangulamentos que dificultam os progressos**³¹.

As Autoestradas da Energia reforçarão a segurança energética, reduzirão a dependência dos combustíveis fósseis, integrarão mais energias renováveis na rede, promoverão a eletrificação, diminuirão os preços da energia, acelerarão a execução do plano REPowerEU e ajudarão os Estados-Membros a adaptar-se à eliminação progressiva das importações de combustíveis fósseis provenientes da Rússia. Muitas das Autoestradas da Energia têm o estatuto de PIC ou PIM na segunda lista da União de PIC e PIM, publicada em 1 de dezembro de 2025, que inclui 235 projetos transfronteiriços de infraestruturas energéticas dentro da UE e com parceiros de países terceiros, como a Interligação Celta («Celtic Interconnector»), o cabo de interligação do Mar Negro e a interligação Estlink 3. No quadro das RTE-E, todos os PIC e PIM constantes da lista da União beneficiam de várias vantagens, nomeadamente um estatuto prioritário e procedimentos de licenciamento simplificados, bem como a elegibilidade para solicitar apoio financeiro ao abrigo do Mecanismo Interligar a Europa.

³⁰ Plano de Ação da UE para a Segurança dos Cabos, JOIN(2025) 9 final, eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52025JC0009.

³¹ [Regulamento Delegado relativo à segunda lista da União de projetos de interesse comum e de projetos de interesse mútuo e respetivo anexo — Energia](#).



Figura 1: Mapa das oito autoestradas da energia

1. Travessia dos Pirenéus 1 e travessia dos Pirenéus 2 [Melhor integração da Península Ibérica com interligações elétricas através dos Pirenéus até França]
2. Grande Interligação Marítima («Great Sea Interconnector») [Ligar Chipre à Europa continental para pôr termo ao seu isolamento elétrico]
3. Interligação «Harmony Link» [Reforçar as ligações elétricas com os Estados bálticos]
4. Gasoduto transbalcânico («TransBalkan Pipeline», TBP) de fluxo inverso (*Melhorar o abastecimento energético na região dos Balcãs e nos Estados da Vizinhança Oriental*)
5. Ilha energética de Bornholm [Transformar o mar Báltico numa plataforma de interligação ao largo]
6. Melhorar a estabilidade dos preços e a segurança energética na Europa do Sudeste
7. Corredor SulH2 [Corredor de hidrogénio meridional]
8. Corredor de hidrogénio do Sudoeste, de Portugal à Alemanha

A Comissão está empenhada em **acelerar imediatamente as Autoestradas da Energia através de uma coordenação política reforçada**, para o que deverá tirar partido dos grupos regionais de alto nível, mobilizar o apoio dos coordenadores europeus, se for caso disso, trabalhar em estreita colaboração com o Grupo de Missão da União da Energia e alargar o alcance da sua ação para além dos Estados-Membros da UE, se necessário. A prioridade de cada projeto será definida ao nível da UE e a Comissão apoiará os Estados-Membros para que estes lhe atribuam a **mesma prioridade a nível nacional**.

A fim de assegurar uma **cooperação transfronteiriça eficaz em matéria de licenciamento**, a Comissão centrar-se-á nos projetos prioritários de interligação identificados, reforçando o seu apoio aos Estados-Membros na identificação de procedimentos conjuntos para um

processo de licenciamento eficiente e eficaz, com o apoio de um coordenador europeu, se for caso disso. Com base nesta experiência de coordenação mais estreita dos procedimentos de licenciamento, a Comissão poderá ponderar a adoção de mais medidas. Além disso, a fim de reforçar a capacidade administrativa das autoridades de licenciamento e a digitalização dos procedimentos de licenciamento no domínio das energias renováveis, a Comissão prestará apoio aos Estados-Membros mediante ações específicas que complementarão o quadro regulamentar em matéria de licenciamento. Tal passará pela mobilização de instrumentos como o instrumento de assistência técnica e pela ponderação da criação de um mecanismo-piloto em matéria de licenciamento através dos mecanismos de aconselhamento existentes, a fim de intensificar o reforço das capacidades e reforçar o acesso ao financiamento para os investimentos e reformas no domínio do licenciamento. A Comissão promoverá também a partilha de conhecimentos sobre as possibilidades de financiamento e o desenvolvimento de novas plataformas digitais para o licenciamento, através do grupo de peritos em licenciamento.

Certos projetos são já reconhecidos como projetos importantes de interesse europeu comum (PIIEC), o que acrescenta benefícios em termos de financiamento e coordenação. De igual modo, certas Autoestradas da Energia, nomeadamente as travessias dos Pirenéus 1 e 2, o corredor de hidrogénio do Sudoeste e a autoestrada da energia da Europa do Sudeste, serão designadas projetos-piloto ao abrigo da **Ferramenta de Coordenação da Competitividade**, o que lhes permitirá beneficiar da abordagem de governação integrada e da capacidade específica da ferramenta para dar resposta às questões horizontais. As ações prioritárias a definir ao abrigo da FCC serão executadas em conjugação com os esforços dos respetivos grupos ou fóruns de alto nível e refletirão as necessidades respetivas de cada autoestrada da energia, como a melhoria da flexibilidade do sistema energético, a resolução de problemas relacionados com a cadeia de abastecimento ou as dificuldades de financiamento.

Além disso, no quadro das RTE-E,³² foram recentemente designados coordenadores europeus para as autoestradas da energia das regiões do Báltico, da Europa Central e da Europa do Sudeste, a fim de facilitar a execução atempada dos projetos mediante a promoção do diálogo transfronteiriço, o apoio ao licenciamento e ao financiamento, a garantia do apoio dos Estados-Membros e a comunicação de informações sobre os progressos realizados e os obstáculos enfrentados. **A Comissão irá ainda reforçar as estruturas existentes e assegurar recursos específicos** para incrementar e dar continuidade à ênfase na realização das oito Autoestradas da Energia, em estreita cooperação com os coordenadores europeus, se for caso disso.

A Comissão **colaborará ativamente com todos os Estados-Membros envolvidos, tirando pleno partido do conjunto de ferramentas acima referido** para assegurar a realização bem sucedida das Autoestradas da Energia. A fim de assegurar o empenho político e, ao mesmo

³² [Comissão Europeia, Nomeada nova coordenadora europeia para supervisionar a conclusão do projeto energético de sincronização do Báltico.](#)
[Nomeado novo coordenador europeu para a Interconectividade Energética da Europa Central e do Sudeste.](#)

tempo, garantir a transparência e a responsabilização, o Conselho Europeu receberá regularmente informações atualizadas sobre os progressos realizados.

Anexo: ação específica adicional a curto prazo para cada uma das Autoestradas da Energia

Além do apoio horizontal acima apresentado, a Comissão avançará com **ações específicas a curto prazo para fazer face aos desafios específicos de cada uma das autoestradas** e assim assegurar que possam ser alcançados progressos e resultados concretos nos próximos seis a nove meses.

1. Travessia dos Pirenéus 1 e travessia dos Pirenéus 2 [Melhor integração da Península Ibérica com interligações elétricas através dos Pirenéus]

A Península Ibérica continua insuficientemente ligada ao restante mercado da energia da UE, estando a atual capacidade transfronteiriça entre França e Espanha limitada a 2,5 GW. Esta situação dificulta a integração do mercado, induz diferenciais de preços persistentes e limita a integração das energias renováveis. Além do projeto de interligação do golfo da Biscaia, que se encontra em fase de construção, estes outros dois projetos de atravessamento dos Pirenéus têm por objetivo **aumentar a capacidade total de interligação para 8 GW até 2040**, reforçar a resiliência do sistema e reduzir o deslaste de geração de energia renovável. Para resolver este estrangulamento, os dois projetos de interligação dos Pirenéus foram **reconfirmados na atual lista de PIC/PIM** como projetos prioritários. Em maio de 2025, o projeto Navarra (ES) - Landes (FR) recebeu uma subvenção de 11,1 milhões de EUR do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) para estudos preparatórios. Apesar da sua importância estratégica, os progressos têm sido relativamente lentos, sendo necessário prosseguir os trabalhos sobre os reforços internos e a clarificação da abordagem de financiamento.

Ações a curto prazo: a Comissão trabalhará no sentido de facilitar uma declaração política conjunta na próxima reunião ministerial do Grupo de Alto Nível do Sudoeste da Europa (a realizar no primeiro trimestre de 2026), com o objetivo de confirmar o **início da execução de, pelo menos, um dos projetos** e abordar os reforços internos necessários da rede.

2. Grande Interligação Marítima [Interligação elétrica de Chipre com a Europa continental para pôr termo ao isolamento elétrico]

Chipre é o último Estado-Membro da UE sem ligação à rede elétrica europeia³³, o que limita a sua integração no mercado interno da energia e as possibilidades de integração das energias renováveis. A prevista Grande Interligação Marítima entre a Grécia e Chipre irá colmatar esta lacuna, pondo termo ao isolamento elétrico de Chipre, apoiando a sua descarbonização e reforçando a resiliência do sistema energético europeu. Facilitará também uma maior integração das energias renováveis em toda a região mediterrânica.

³³ A Irlanda ficará diretamente ligada à rede elétrica da UE através do projeto em curso da Interligação Celta, entre a Irlanda e França.

Reiterado na atual lista de PIC/PIM, o projeto terá o cabo elétrico submarino mais extenso do mundo, com um comprimento de quase 900 km. Foi apoiado com subvenções do MIE, nomeadamente 2,3 milhões de EUR para estudos de viabilidade e 658 milhões de EUR para obras de construção da secção entre a Grécia e Chipre. Em maio de 2025, foram concluídos os trabalhos do cabo submarino que liga a Grécia continental a Creta, um passo fundamental rumo à plena interligação.

O andamento do projeto foi dificultado por um contexto geopolítico complexo, com potenciais implicações em termos de prazos e custos. O valor estratégico desta interligação salienta a importância da forte coordenação entre os Estados-Membros para enfrentar estes desafios e assegurar a conclusão do projeto.

Ações a curto prazo: em estreita cooperação com a próxima Presidência cipriota do Conselho em 2026, a Comissão continuará a prestar um forte apoio político e técnico ao projeto, que reveste a maior importância estratégica, nomeadamente através de eventos específicos e debates de alto nível e com um envolvimento acrescido na abordagem dos aspetos geopolíticos.

3. Interligação «Harmony Link» (Reforçar a interligação elétrica dos Estados bálticos para aumentar os benefícios de segurança da sua independência em relação à Rússia)

Em 9 de fevereiro de 2025, os três Estados bálticos sincronizaram com êxito os seus sistemas de eletricidade com a Europa continental, um acontecimento histórico para a segurança energética europeia. Um dos principais investimentos por concluir no âmbito do PIC de sincronização do Báltico reside na **interligação «Harmony Link», entre a Lituânia e a Polónia**, que completará a plena integração dos mercados bálticos da eletricidade. A recente nomeação de uma coordenadora europeia para a conclusão deste projeto deverá contribuir para a sua rápida execução.

Uma vez concluída, a interligação «Harmony Link» reforçará a integração do mercado, permitindo o comércio de eletricidade através da Polónia e fomentando uma concorrência capaz de fazer baixar os preços para consumidores e empresas na região. De igual modo, facilitará a integração das energias renováveis. A interligação «Harmony Link» reforçará ainda de forma significativa a segurança energética dos Estados bálticos. Atualmente, a interligação «LitPol Link» é a única ligação entre os Estados bálticos e a Europa continental, pelo que a sua indisponibilidade traria graves consequências para o sistema energético do Báltico.

Ações a curto prazo: a Comissão apoiará a execução deste projeto em tempo útil com o reforço da cooperação regional e fará um balanço do mesmo a nível ministerial, na próxima reunião de alto nível do PIMEB, em 2026, na sequência da assinatura do memorando de entendimento atualizado do PIMEB no ano passado. A Comissão assegurará também que a adoção do novo plano de ação do Grupo de Alto Nível do PIMEB dê prioridade à realização desta autoestrada da energia.

4. Gasoduto transbalcânico («TransBalkan Pipeline», TBP) de fluxo inverso (Resiliência do abastecimento energético na região dos Balcãs e na nossa Vizinhança Oriental)

A interligação do **gasoduto transbalcânico (TBP) de fluxo inverso** não representa um projeto de expansão da capacidade, mas sim um esforço coordenado na região da Europa Central e do Sudeste que visa **permitir maximizar a utilização da capacidade de transporte de gás natural existente no sentido inverso, de Sul para Norte**. Esta funcionalidade é essencial para diversificar o abastecimento de gás natural na Europa do Sudeste e pôr termo às importações provenientes da Rússia.

Detentor de uma capacidade de transporte significativa, o TBP pode desempenhar um papel central na diversificação regional e na consecução dos objetivos do plano REPowerEU. Este potencial continuará a crescer a partir de 2027, altura em que se prevê a entrada em funcionamento do campo de gás «Neptun Deep» na Roménia. O funcionamento em pleno do TBP no sentido Sul-Norte, aliado à diversificação das fontes, fomentaria o aumento das trocas comerciais, da concorrência e da liquidez do mercado na região, sem necessidade de novas infraestruturas dispendiosas.

Apesar deste potencial, **os atuais obstáculos regulamentares e de mercado existentes em vários Estados-Membros ao longo do gasoduto obstam à utilização e à viabilidade comercial do TBP**. A recente nomeação de um coordenador europeu para a região CESEC reforçará o apoio da UE à resolução destes obstáculos.

Ações a curto prazo: a Comissão intensificará a coordenação, no âmbito do Grupo de Alto Nível CESEC, com todos os países em causa, incluindo a Moldávia e a Ucrânia, com vista a **aumentar a atratividade comercial do gasoduto tão rapidamente quanto possível** e, ao mesmo tempo, garantir a conformidade a longo prazo com o acervo da UE em matéria de energia. Neste contexto, a Comissão continuará a apoiar o trabalho do Grupo de Alto Nível CESEC sobre a harmonização da qualidade do gás e a **eliminação dos obstáculos à utilização maximizada do gasoduto transbalcânico**.

5. Ilha energética de Bornholm (Transformar o mar Báltico numa plataforma de interligação ao largo)

Projeto de carácter pioneiro, a ilha energética de Bornholm («Bornholm Energy Island», BEI) é um projeto híbrido ao largo situado a sudoeste de Bornholm, na zona económica exclusiva da Dinamarca. O projeto foi planeado como uma futura plataforma energética, com **potencial de expansão e ligação a mais interligações** com outros países. Está reconfirmado na segunda lista de PIC/PIM e recebeu uma subvenção do MIE para obras (645,2 milhões de EUR) em setembro de 2025. A BEI é um plano de referência para futuras iniciativas ao largo da UE. Aumentará a integração do mercado, reforçará a segurança do abastecimento ao nível da UE e beneficiará a Dinamarca e a Alemanha, bem como os Estados-Membros para lá desta região. Com a ligação da produção ao largo às redes nacionais dinamarquesa e alemã, a energia eólica marítima passa de recurso nacional a ativo europeu partilhado para uma maior eletrificação, reforçando a nossa resiliência coletiva e a nossa independência energética. Os desafios remanescentes prendem-se com o acordo entre a Dinamarca e a Alemanha sobre a

partilha dos custos adicionais do apoio ao parque eólico marítimo na Dinamarca e a conclusão do quadro regulamentar na Dinamarca, em particular no tocante à responsabilidade transfronteiriça.

Ações a curto prazo: : na sequência da assinatura, a 4 de setembro de 2025, em Copenhaga, da convenção de subvenção do MIE, no valor de 645 milhões de EUR, para apoiar a parte dinamarquesa da ilha energética de Bornholm (BEI) na construção de duas novas estações de conversão e na instalação de um sistema de cabos submarinos, a Comissão continuará a apoiar a Dinamarca e a Alemanha na obtenção de um acordo político sobre a partilha dos custos da produção ao largo situada em águas dinamarquesas, bem como na finalização do seu quadro regulamentar em matéria de responsabilidade transfronteiriça. Além disso, a Comissão continuará a apoiar os trabalhos sobre a interoperabilidade das redes ao largo, a fim de assegurar que, no futuro, a BEI possa tornar-se uma verdadeira plataforma ao largo da região do Báltico.

6. Melhorar a estabilidade dos preços e a segurança energética na Europa do Sudeste, nomeadamente através do armazenamento

A região da Europa do Sudeste é estruturalmente afetada por elevados diferenciais de preços, bem evidentes nas subidas em flecha dos preços de 2024, que causam disparidades médias de preços superiores a 10 EUR/MWh entre os respetivos países.

Destinada a melhorar a estabilidade dos preços, reforçar a segurança do abastecimento e promover a integração do mercado regional, a autoestrada da energia das **interligações elétricas da Europa do Sudeste** pretende colmatar as lacunas das infraestruturas críticas de eletricidade da região. Visa uma melhor utilização das interligações existentes e a satisfação das necessidades transfronteiriças futuras, a fim de eliminar as atuais disparidades de preços. De acordo com a avaliação das necessidades do sistema no âmbito do PDDR de 2024 da REORT-E, existe a necessidade de reforçar as infraestruturas na maior parte das fronteiras da região. A execução célere dos atuais projetos de interesse comum e dos projetos prioritários de infraestruturas de eletricidade do Grupo de Alto Nível para a Conectividade Energética da Europa Central e do Sudeste (CESEC) será vital para satisfazer tais necessidades. A aceleração do armazenamento na região também melhorará a flexibilidade do sistema.

Ações a curto prazo: a forte coordenação e o apoio do Grupo de Alto Nível CESEC, juntamente com o coordenador da CESEC, serão essenciais para acelerar o progresso dos projetos. A fim de manter a dinâmica e apoiar a execução, a Comissão assegurará a realização de debates específicos de alto nível no próximo ano, a todos os níveis.

7. Corredor SulH2 [Corredor de hidrogénio meridional (Tunísia, Itália, Áustria e Alemanha)]

O corredor de hidrogénio meridional será fundamental para promover uma transição energética justa e sustentável em todo o Mediterrâneo, em especial no Norte de África, e para permitir, simultaneamente, a descarbonização dos polos industriais ao longo da sua rota. Encerra um potencial significativo para aumentar a produção, as infraestruturas e os

mercados de aquisição de hidrogénio renovável, para promover a integração do mercado e estabelecer um quadro regulamentar e de investimento de apoio, alinhado com a estratégia e o quadro regulamentar da UE para o hidrogénio.

Este corredor **inclui quatro projetos de interesse comum (PIC)**, alguns já beneficiários de subvenções do MIE para estudos, e [um projeto de interesse mútuo com a Tunísia], todos reconfirmados na segunda lista de PIC/PIM. Posteriormente, e tendo em conta a fase inicial do desenvolvimento do mercado do hidrogénio, será necessário prosseguir o trabalho de conceção, designadamente para continuar a reduzir os riscos dos investimentos conexos, mantendo ao mesmo tempo uma parceria mutuamente benéfica com o Norte de África.

Ações a curto prazo: a curto prazo, a Comissão reforçará os esforços de coordenação e execução do Secretariado do Corredor SulH2, sob a liderança conjunta da DG MENA e da DG ENER. A fim de fazer avançar a iniciativa, serão igualmente intensificados os diálogos regionais, com as reuniões, no início de 2026, do Grupo de Trabalho Conjunto Trilateral da UE sobre o Corredor de Hidrogénio Meridional (Itália, Áustria e Alemanha) e do grupo pentagonal (Argélia, Tunísia, Itália, Áustria e Alemanha). Lançada no âmbito do Pacto para o Mediterrâneo³⁴, a emblemática Iniciativa de Cooperação Transmediterrânica no domínio da Energia e das Tecnologias Limpas (T-MED) contribuirá também para a realização desta autoestrada da energia.

8. Corredor de hidrogénio do sudoeste, de Portugal à Alemanha

O corredor de hidrogénio do sudoeste transportará hidrogénio descarbonizado de instalações de produção situadas no sudoeste da Europa para centros de procura industrial, acelerando a descarbonização dos setores com emissões difíceis de reduzir e permitindo uma integração eficiente das energias renováveis. A iniciativa engloba **importantes PIC entre Portugal, Espanha e França, bem como ligações internas que se estendem até à Alemanha**. Conjuntamente, estes projetos visam fornecer até **dois milhões de toneladas de hidrogénio renovável por ano até 2030**, reforçando a segurança e a flexibilidade energéticas em toda a região.

Porém, os progressos foram limitados e persistem diversos desafios para assegurar que o corredor proporcione benefícios partilhados a todos os participantes, nomeadamente uma reduzida adoção, atrasos na aplicação da regulamentação, dificuldades em garantir financiamento e coordenar as medidas de redução dos riscos ao longo do corredor e as prioridades estratégicas dos vários Estados-Membros.

Ações a curto prazo: para acelerar os progressos, serão essenciais uma coordenação forte e um apoio político renovado, por intermédio do Grupo de Alto Nível para o Sudoeste da Europa. A próxima reunião ministerial do Grupo de Alto Nível para o Sudoeste da Europa, no primeiro trimestre de 2026, contribuirá para intensificar os esforços e facilitar os

³⁴ [Comunicação conjunta sobre o Pacto para o Mediterrâneo — Médio Oriente, Norte de África e Golfo.](#)

intercâmbios entre os Estados-Membros, no que respeita aos principais aspetos técnicos, financeiros e de redução de riscos do desenvolvimento do corredor.